



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 030/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- **Processo TCE nº 2038/2011 (9 vols.)**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte.

4- **Exercício:** 2010.

5- **Responsável:** Sr. Adenilson Lima Reis, Prefeito Municipal de Nova Olinda do Norte, exercício de 2010.

6- **Unidade Técnica:** DICAMI - Informação nº 419/2013 (fls. 1601/1602)

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5820/2013-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 1603/1603v).

8- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** *Prestação de Contas. Exercício de 2010. Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte.*

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a Reprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITIR PARECER PRÉVIO**, recomendando à Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte no sentido de **reprovar** as Contas do Poder Executivo Municipal, exercício de 2006, cuja responsabilidade cabia ao Senhor Adenilson Lima Reis, Prefeito Municipal de Nova Olinda do Norte, exercício de 2010, ex-vi do art. 71, inciso II, da CF/88 c/c o art. 40, inciso II, da CE/89 e art. 1º, inciso II, art. 2º e 5º da Lei nº 2423/96 (LO/TCE);

10- **Ata:** 50ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- **Data da Sessão:** 16 de dezembro de 2013.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 030/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**Processo TCE/AM nº 2038/2011 (9 vols.) – fl. 02**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Relator

**LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE**  
Conselheiro

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Fui presente Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 030/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 030/2013)

- 1- **Processo TCE nº 2038/2011 (9 vols.)**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsável:** Sr. Adenilson Lima Reis, Prefeito Municipal de Nova Olinda do Norte, exercício de 2010.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI - Informação nº 419/2013 (fls. 1601/1602)
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5820/2013-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 1603/1603v).
- 8- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** *Prestação de Contas. Exercício de 2010. Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte.*

*Contas irregulares. Responsável Revel. Glosa. Multa ao responsável. Prazo para o recolhimento. Autorizar a cobrança executiva em caso de não recolhimento e inscrição na dívida ativa. Determinações à origem.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de **julgar pela IRREGULARIDADE** das Contas da Prefeitura Municipal de Nova Olinda, referente ao exercício de 2010, **de responsabilidade do Sr. Adenilson Lima Reis**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, III, alínea “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE, para:

**9.1- CONSIDERAR REVEL** o Sr. Adenilson Lima Reis, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, por não atender a notificação ou intimação no prazo estabelecido pelo Tribunal, nos termos do artigo 20 § 3º da Lei 2423/96 – TCE/AM.

**9.2- GLOSAR o montante de R\$ 9.399.304,34 (nove milhões, trezentos e noventa e nove mil, trezentos e quatro reais e trinta e quatro centavos)**, Sr. Adenilson Lima Reis, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, (Relatório Conclusivo de Inspeção nº 25/2011-CI-DCAMI, fls. 1481/1482 – volume 8 ) referente aos seguintes débitos:

a) R\$ 743,80 - pela diferença apurada de entre os totais das despesas Realizadas com a Função Legislativa (Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da Prefeitura) no valor de R\$ 1.045.354,96 e o total da despesa realizada da Câmara Municipal de R\$1.046.098,76 (Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da Câmara) item 7 da notificação nº 02/2011-CI, fls. 808 - item 10 do Relatório/Voto;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 030/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 030/2013)

Processo TCE/AM nº 2038/2011 – fl. 02

b) R\$ 451.089,98 - pela diferença de apuração da despesa com pessoal que figura no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada no valor de R\$ 20.467.923,09 e o registrado na Despesa Corrente na Conta "**Pessoal e Encargos**" no montante de R\$20.919.013,07 já deduzido Pessoal e Encargos da Câmara, conforme Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas e Balanço Orçamentário; item 8 da notificação nº 02/2011-CI, fls. 809 - item 11 do Relatório/Voto;

c) R\$ 25.300,00 - pela falta de comprovação legal mediante a apresentação de relatórios de viagem, bilhete de passagem aéreo, terrestre e/ou fluvial, para os gastos com Diárias concedidas no período, ferindo o princípio da moralidade e legalidade (artigo 37, caput da CF/88); item 12 da notificação nº 02/2011-CI, fls. 810 – item 15 do Relatório/Voto;

d) R\$ 1.434.451,69 - pela inexistência da documentação comprobatória das despesas realizadas, liquidas e pagas, referentes aos "Restos a Pagar - Exerc. Anterior" registrados no balanço financeiro, contrariando o artigo 36 da lei nº 4.320/164); item 19 da notificação nº 02/2011-CI, fls. 810 – item 23 do Relatório/Voto;

e) R\$ 6.069,72, R\$ 510,00 e R\$ 73.683,16 - pela apropriação indébita de "Pensão Alimentícia - Exercício Anterior", e "Pensão Alimentícia", do exercício, que figuram no balanço patrimonial e financeiro, respectivamente; itens 20 e 22 da notificação nº 02/2011-CI, fls. 811 – item 26 do Relatório/Voto;

f) R\$ 835.176,22 e R\$ 1.033.811,80 - pela falta de comprovação física de Bens Móveis e Imóveis a Apurar, registrado respectivamente, que figuram no balanço patrimonial; item 23 da notificação nº 02/2011-CI, fls. 811 – item 27 do Relatório/Voto;

g) R\$ 2.855.303,61 - por lançamento na conta "créditos" do Balanço Patrimonial do exercício de 2007, sem contrapartida documental comprobatórias; item 24 da notificação nº 02/2011 - CI, fls. 811 – item 29 do Relatório/Voto;

h) R\$ 265,00 - (duzentos e sessenta e cinco reais) pela falta de registro no Comparativo da Receita Prevista com a Realizada relativa ao Programa Vigilância Sanitária, na Ação Piso Estratégico/Gerenciamento de Risco de VS, conta OB nº 0000300179, Ag. 1219X, OB 801079, de 19.01.10, que deveria compor a receita de "RECURSO" – VIG. SANITÁRIA, que figura no respectivo comparativo; item 27 da Notificação nº 02/2011 – CI, fls. 811 – item 32 do Relatório/Voto;

i) R\$ 9.842,00 - pela realização de despesas com ajuda de custo a pessoas cujo objeto foi para tratamento de saúde em Manaus, sem fundamentação legal, bem como, pela inexistência de documentação dos beneficiários (encaminhamentos médicos, laudos e atestados médicos); item 31 da Notificação nº 02/2011 – CI, fls. 812/813 – item 36 do Relatório/Voto;

j) R\$ 2.533.682,23 - pela inexistência de controle de entrada e saída dos combustíveis e lubrificantes através requisições próprias, devidamente atestadas por responsável, bem como, pela falta de identificações dos veículos e embarcações beneficiadas, ocasionando despesas realizadas sem comprovação, afrontando os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, estatuída pelo artigo 37, caput da CF/88; item 32 da Notificação nº 02/2011 – CI, fls. 813/816 – item 37 do Relatório/Voto;

l) R\$ 2.716,00 - pela realização de despesas com aquisição de óculos, sem identificação dos beneficiados com respectivos laudos oftalmológicos e/ou exames que comprovem efetivamente a necessidade do benefício, em atendimento ao princípio da transparência e moralidade (artigo 37, CF/88); item 36 Notificação nº 02/2011 – CI, fls. 906 – item 41 do Relatório/Voto;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 030/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 030/2013)

Processo TCE/AM nº 2038/2011 – fl. 03

m) R\$ 113.159,23 - pela diferença a menor apurada entre os saldos bancários das contas correntes/vinculadas relativas aos extratos e conciliações e o registrado no saldo para exercício seguinte que espelha no Balanço Financeiro; item 40 da Notificação nº 02/2011 – CI, fls. 907 – item 46 do Relatório/Voto;

n) R\$ 23.500,90 - realização de gastos não comprovados na aquisição de botes de alumínio, com burla de procedimento licitatório mediante pregão presencial, conforme registrado no Sistema de Auditoria das Contas Públicas-ACP; item 58 da notificação. da Notificação nº 02/2011 – CI, fls. 923 – item 66 do Relatório/Voto;

**9.3- MULTAR** ao. Sr. Adenilson Lima reis, Prefeito Municipal de Nova Olinda do Norte e Ordenador de Despesas, exercício de 2010.

a) **no valor de R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM **por cada mês de atraso** no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro a dezembro (12 meses), totalizando o montante de **R\$ 13.152,36** (treze mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos) item 1 do Relatório/Voto, referente às impropriedades não sanadas;

b) **No valor de R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela inobservância de prazo legal, referente aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos bimestres janeiro/fevereiro, março/abril, maio/junho, julho/agosto, setembro/outubro e novembro/dezembro, contrariando o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), item 2 do Relatório/Voto;

c) **No valor de R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela inobservância de prazo legal, em razão do não envio a esta Corte de Contas dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º semestre, item 3 do Relatório/Voto;

d) **No valor de R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela inobservância de prazo legal fixado por este Tribunal de Contas, por ausência de lançamentos no sistema ACP de contratos, convênios e aditivos, bem como pela inobservância de prazo legal para a remessa de documentos, item 4 do Relatório/Voto;

e) **No valor R\$ 2.192,06** (dois mil centos e noventa e dois reais e seis centavos) pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência do Tribunal, conforme Art. 308, I “a”, alterada pela Resolução nº 25, de 30 de Agosto de 2012, art. 2º.

f) **no valor de R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 10, 11, 15, 23, 26, 27, 29, 32, 36, 37, 41, 46 e 66 do Relatório/Voto, referente às impropriedades detectadas.

**9.4- FIXAR** o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Adenilson Lima Reis, recolha os valores das multas que lhe foram aplicados aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.





Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 030/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 030/2013)

Processo TCE/AM nº 2038/2011 – fl. 04

**9.5- AUTORIZAR**, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002-TCE.

**9.6- DETERMINAR** à origem que:

- Elabore anualmente o inventário dos bens permanentes na forma disposta do artigo 94 da Lei Federal nº 4.320/64;

- Não mantenha numerário em caixa, devendo ser depositado em instituições financeiras oficiais, conforme determina o § 3º, do artigo 164, da CF/88, c/c o § 1º, do artigo 156, da CE/89;

- Arquive os comprovantes das publicações dos editais resumidos previstos pelo artigo 22, 3º do Estatuto Licitatório;

- Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, dos Relatórios de Execução orçamentária, conforme artigo 1º, da Resolução nº 06/00-TCE;

- Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, dos Relatórios de Gestão Fiscal, previsto no artigo 63, II, b § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF;

- Faça previsão na Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual de recursos para capacitação de servidores, em cumprimento a Lei Municipal nº 093/2004;

- Faça a consolidação, identificação e demonstração fidedigna da Conta "Créditos" do Balanço Patrimonial, por credor, data, valor e nota de empenho, de cada exercício financeiro;

- Faça o competente procedimento licitatório enquadrando a cada modalidade, para as despesas cujos limites estão estabelecidos no artigo 23, incisos e alíneas do Estatuto Licitatório;

- Elabore após conclusão das obras e serviços de engenharia, o Termo de Entrega do objeto, previsto no artigo 73, I e letras e II, e letras, da Lei nº 8.666/93;

- Cumpra o que determina o § 1º, do artigo 40, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no que se refere à data, rubrica e assinatura do edital ou instrumento convocatório;

- Para que as prestações de serviços e obras de engenharia, tenha anuência do corpo jurídico ou técnico desse Poder Executivo Municipal, prerrogativa do artigo 38, VI, § único da Lei Federal nº 8.666/93;

- Cumpra o princípio da publicidade em todos os atos emanado por esse Poder Executivo Municipal, em especial aos dos Contratos e Cartas Contratos, prerrogativa do § único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93;

- Cumpra o dispositivo dos artigos 259, 260, 264 e 267 da Resolução nº 04/2002-RITCE, quanto a remessa de todas as admissões de pessoal para a devida apreciação e julgamento desta Corte de Contas;

- Formalize relatórios de viagens dos servidores, secretários e Prefeito, para fins de comprovação da legalidade das despesas;

- Cumpra o que determina o § único do artigo 27, da Lei Federal nº 11.494/2007, no tange a elaboração do Relatório do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb;

ARA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 030/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 030/2013)

**Processo TCE/AM nº 2038/2011 – fl. 05**

- Cumpra o que determina o § 3º do artigo 182 da CF/88, c/c o artigo 16, I e II da Lei Complementar no 101/2000 - LRF;

- Crie ato normativo para regulamentar quantitativo mínimo de servidores efetivos que devam ocupar cargos comissionados, ex vi do art.37, V da CF/88;

**10- Ata:** 50ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de dezembro de 2013.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Fui presente Procurador-Geral de Contas.